

Projeto de Intervenção Urbana

Setor Central

Contribuições setoriais

São Paulo

Abril de 2019

SUMÁRIO

I. CONTRIBUIÇÕES SETORIAIS

3

CONTRIBUIÇÕES, DEMANDAS E SUBSÍDIOS AO PIU SETOR CENTRAL

PROCESSO SEI	SECRETARIAIS E ÓRGÃOS MUNICIPAIS
7810.2018/0000782-8	Subprefeitura da Mooca
1	A Praça Kantuta, no bairro do Canindé, e a Rua Coimbra, no Brás, são palcos de manifestações culturais, principalmente de Bolivianos.
2	Melhorias nas rotas de circulação dos ônibus e estacionamentos. Demanda populacional por uma Estação de Metro no Pari.
3	Problemas com escoamento de águas pluvias.
4	Programa de reciclagem de resíduos eficiente.
5	Incremento de áreas verdes.
7810.2018/0000761-5	Subprefeitura da Sé
6	Requalificações do Cento Velho e Novo.
7	Suplementar a Operação Delegada com a PM e GCM.
8	Restrição ao armazenamento de sucatas e afins na área central - sugestão 3km da Praça da Sé.
9	Triângulo Central - Fomento de ações de cultura, lazer e turismo, assim como projeto para limpeza e zeladoria em desenvolvimento.
10	Desenvolvimento e parcerias para ampliação do programa City Cameras.
11	Largo do Arouche - projeto de revitalização em desenvolvimento.
12	Reurbanização da Comunidade do Gato.
13	Definição de pontos de Compostagem e Ecopontos.
14	Ladeira da Memória - restauro e fomento de atividades no entorno.
7810.2018/0000736-4	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Agência São Paulo Desenvolvimento - ADESAMPA
15	Programa de Desenvolvimento Local - fomento a cadeias produtivas e geração de emprego e renda com foco nas vocações regionais da cidade de São Paulo e nas demandas da população.
16	Festival Empreendedor - festival de rua que via o desenvolvimento da economia local. Dezembro de 2018 ocorreu uam feira gastronômica, artesanato e manualidades - pontapé inicial do Projeto Triângulo SP.
17	Projeto TEIA - implantação de espaços de coworking públicos.
78810.2018/0000764-0	Secretaria Municipal de Transportes - Companhia de Engenharia de Tráfego - CET
18	Oferta de vagas em edifícios garagens apenas se conjugado a outros usos ou atividades, como por exemplo, mini terminal de carga. CET orienta a não oferta de mais vagas de estacionamento, já que existe um grande oferta de transporte de média e alta capacidade.
19	A proposta de alargamento das calçadas, mediante a eliminação do estacionamento ao longo do meio fio, CET informa que, se este estacionamento for do tipo Zona Azul, não poderá ser considerada, pois a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes- SMT está conduzindo o processo de concessão desse serviço.
20	Ofertar bolsões de estacionamento para fretados adotando as seguintes orientações: - Não deve ser incentivada a instalação deste tipo de estacionamento em vias/quadras com predominância de uso residencial, mas apenas nas regiões de uso misto; - Os bolsões de estacionamento devem ser ofertados no máximo a 500m da área de interesse; - Devem ser garantidas aos usuários deste tipo de transporte condições de acesso aos destinos finais de forma segura e confortável, inclusive, nos casos de turismo de compras, o acondicionamento das mercadorias.

21	<p>Implantação de Mini Terminais Logísticos, considerando as seguintes orientações: - não devem ser incentivados, em vias com largura de leito viário menor que 6,0 metros;</p> <p>- devem estar localizados nas manchas de concentração de comércio especializado;</p> <p>- podem atender a estabelecimentos situados num raio de até 3km.</p> <p>CET indica em relatório série de contribuições quanto à mobilidade. São elas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Adequação de geometria para abertura de cruzamento semaforizado ligando a Pça. Da Luz com a Rua São Caetano, cruzando o eixo da Av. Tiradentes e complementando o binário com a R. João Teodoro. 2. Alargamento da Rua João Teodoro entre R. Vautier/R. Monsenhor Andrade e Av. do Estado. 3. Abertura de via entre a Rua João Teodoro e Rua São Caetano na diretriz da R. Carnot para viabilização de operação em binário com a R. Vautier. 4. Alargamento da Rua São Caetano entre Av. do Estado e R. Monsenhor Andrade. 5. Implantação de pontilhão sobre o Rio Tamanduateí para criação de retorno da Av. do Estado nas proximidades da Rua São Caetano ou alargamento do pontilhão existente, nos moldes do retorno existente na R. João Teodoro. 6. Alargamento da Rua Santa Rosa entre R. Mendes Caldeira e Av. do Estado para viabilizar adequação geométrica no acesso à Rua Monsenhor Andrade. 7. Construção de pontilhão sobre o Rio Tamanduateí na diretriz da Pça. São Vito, possibilitando novas alternativas de transposição para veículos e principalmente pedestres, aliviando os fluxos concentrados no cruzamento crítico da Av. do Estado x Av. Senador Queiroz. 8. Melhorar a conexão da Av. Mercúrio com a Av. do Estado no sentido Marginal Tietê, de forma a aliviar o cruzamento crítico da Av. do Estado x Av. Senador Queiroz que possui caixa de acomodação insuficiente para o volume de veículos. 9. Construir alça de acesso do Viaduto Alcântara Machado para a Rua Palmorino Mônaco, viabilizando caminho alternativo ao Viaduto Bresser para a Rua João Teodoro e região do Brás. 10. Deverá ser reestudada a conexão do Apoio Sul da Marginal Tietê nas proximidades da Av. Assis Chateaubriand, cuja proposta da SPURbis alterou o traçado junto à Av. Presidente Castelo Branco. Esclarecemos que a Av. Presidente Castelo Branco funciona atualmente como pista auxiliar da Marginal Tietê em sentido único de circulação e que o prolongamento da Av. Sergio Tomás deverá ser tratado como Corredor de ônibus, cujo traçado deve ser mais linear, evitando-se raios de giro a 90º.
7810.2018/0000735-6	<p>Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEME</p> <p>A Secretaria, em seu relatório, aponta as modalidades de atendimento esportivos ofertados pela Secretaria dentro do perímetro do PIU SCE. São eles:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Clubes de Administração Direta (Centros Esportivos) - existem 9 centros distribuídos entre Subpreteirura da Mooca e da Sé, que atende 3.380 alunos 2- Clubes de Administração Indireta (Clubes da Comunidade) - são clubes esportivos fixados e, terrenos públicos e administrados por entidades ou associações da comunidade local. Existem 13 centros na subprefeitura da Mooca e da Sé 3- Ruas de lazer - são ruas fechadas aos domingos e feriados, entre 10 e 16horas. No distrito de Santa Cecília encontramos a rua de lazer no trecho das Ruas Vitória e Aurora.
23	

7810.2018/0000767-4	Secretaria Municipal de Cultura - SMC	4- Projeto Virando o Jogo - tem por objetivo oferecer atividades físicas e de lazer para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social. Projeto piloto foi implantado no Largo Coração de Jesus e atendeu em 2018, 149 participantes. Possibilidade de ampliar o programa de atendimento na região central
24	A Secretaria de Cultura indica que, com o adensamento populacional proposto pelo PIUSCE - principalmente na face norte do perímetro, seria ideal a promoção de mais um equipamento cultural - denominado Casa de Cultura. Durante o desenvolvimento do PIU identificar os atores locais que poderia utilizar o equipamento, bem como identificar edifícios na área que poderiam abrigar a Casa de Cultura	
25	Sobre o patrimônio cultural a Secretaria de Cultura aponta que está finalizando material técnico que abordará o tema de preservação através de três linhas estratégicas: 1 - Caracterização e delimitação de áreas de interesse de preservação e valorização do patrimônio cultural, considerando a diversidade encontrada no perímetro proposto. 2 - Incentivos fiscais, baseados na revisão da lei 12.350/97 e destinação de parte da arrecadação do PIU SCE para o FUNCAP, revertido diretamente na recuperação dos bens da área; 3 - Criação de grupo técnico para orientações sobre a realização de retrofit de imóveis tombados ou localizados em suas áreas envoltórias	
7810.2018/0000768-2	Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU	Revitalização de Espaços Públicos, incremento da iluminação pública e limpeza urbana:
26	1- Largo do Arouche - reúne inúmeros monumentos históricos 2- Praça da República 3- Triângulo SP, caracterizado pelo Circuito Boêmio 4 - Outros espaços culturais, tais como a Sala São Paulo, Pinacoteca, Praça Roosevelt, Teatro Municipal e Galeria do Rock	
27	A SMSU relata a dinâmica de utilização dos espaços públicos da região central. De segunda a quinta-feira a predominância são de moradores e trabalhadores da região. Sexta a domingo o centro atrai, por agregar inúmeros espaços públicos de lazer, cidadãos de outras regiões. Em especial aos finais de semana a região sofre acúmulo de lixo e poluição sonora	
28	Investimento de câmeras e sistema de monitoramento	
7810.2018/0000766-6	Secretaria de Verde e Meio Ambiente - SVMMA	1 - Áreas Verdes
29	Requalificação das áreas verdes existentes; Estudar a possibilidade de doação de áreas verdes públicas no processo de transformação; Estudar a possibilidade de implantação de parque, ao longo das margens do Rio Tietê, considerando as características geológicas-geotécnicas no aproveitamento da faixa em planície aluvial; Utilização da Quota Ambiental para potencializar a criação de novas Áreas Verdes, bem como a qualificação ambiental dos lotes. Considerar as áreas internas a edifícios, inclusive, do patrimônio tombado para implantação de programa de plantio arbóreo;	

30	<p>2-Arborização</p> <p>Considerar as áreas internas a edifícios, inclusive, do patrimônio tombado para implantação de programa de plantio arbóreo;</p> <p>3 - Drenagem</p> <p>Procurar associar a melhoria da drenagem urbana à ampliação de Áreas Verdes, inclusive públicas, propiciando a expansão de áreas permeáveis, através da adoção de jardins de chuva, reservatórios de contenção abertos, dentre outros mecanismos de drenagem sustentável.</p> <p>4 - Ilhas de Calor</p> <p>Considerar a geração de novas Áreas Verdes, bem como de implantação de Arborização de Rua, especialmente nas áreas de maior temperatura aparente de superfície, conforme apuração realizada em 1999 (pag.15 a 21 do Diagnóstico Ambiental, SP Urbanismo, 2017), criando-se mecanismos novos de compensação ambiental no processo de transformação urbana em planejamento;</p> <p>Considerar, em projeto, modos de implantação de novas edificações em altura, que potencializem a circulação dos ventos, a implantação de Áreas Verdes e outras formas que contribuam para amenizar as altas temperaturas apontadas no Mapa Temperatura Aparente da Superfície (Alvo Registro 03/09/1999 às 9:57h, publicado no Atlas Ambiental do Município de São Paulo, SVMA/2004, em Diagnóstico Ambiental – SP Urbanismo, 2017, pag.18), especialmente para os distritos do Bom Retiro, Pari, Brás, Belém, Cambuci e Mooca abrangidos pelo perímetro em estudo.</p> <p>5-Incentivo à construção sustentável</p> <p>Criar instrumentos de incentivo à construção sustentável, no processo de transformação urbana em estudo, além daqueles previstos no âmbito da Quota Ambiental, que incide apenas para edificações novas ou reformas com alteração de área superior a 20%, em lotes com dimensão igual ou superior a 500 m2.</p> <p>6-Resíduos Sólidos</p> <p>Buscar a aplicação de instrumentos de gerenciamento de Resíduos Sólidos, contemplando o controle, a coleta, que poderá adotar modais adequados ao tipo de via e usos, e a destinação em aterros sanitários licenciados;</p> <p>7-Áreas contaminadas</p> <p>Criar instrumentos de incentivo à remediação de áreas contaminadas potencialmente existentes, de modo a integrá-las ao processo regular de transformação urbana.</p> <p>Secretaria Municipal de Educação - SME</p>
31	
32	
33	
34	
35	
7810.2018/0000734-8	
36	A Secretaria de Educação aponta que toda a demanda da região e atendida pela rede parceira. Contudo, mediante as expectativas de implantação de novas moradias, poderá ser realizada, a tempo, projeção de necessidade de atendimento educacional.
7810.2018/0000760-7	Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB
	A Secretaria Municipal da Habitação traz as seguintes recomendações:
37	1-Monitoramento de resultados

37	Fazer o monitoramento da concessão de incentivos para a provisão de HIS 1 e 2: garantia de cumprimento das contrapartidas vinculadas a incentivos.
38	<p>2- Adensamento inclusivo</p> <p>Viabilizar uma política habitacional de interesse social de larga escala no território central do município, com promoção do adensamento inclusivo no território central.</p> <p>O Projeto de Lei 619/2016, em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo, prevê a instauração do Serviço de Moradia Social que considera a priorização ao atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, como população em situação de rua, idosos de baixa renda, mulheres vítimas de violência doméstica, migrantes e refugiados de baixa renda, pessoas com deficiência e de baixa renda, dentre outros grupos sociais.</p> <p>3-Viabilidade de conformação do Parque Público de moradia social</p> <p>Utilização de caminhos alternativos para a viabilização de parque público para a política habitacional de interesse social, já regulamentados, como Arrecadação de bens abandonados e Desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública.</p> <p>Prioridade de atendimento em parque público para demanda fechada, oriunda de reassentamento, às famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos e às famílias em alta situação de vulnerabilidade social. Desta feita, a modelagem econômica intrínseca à promoção de parcerias públicas privadas deve considerar o montante de aportes públicos diretos e indiretos ao empreendimento assim como a concessão de serviços relacionados ao atendimento habitacional ou usos não residenciais.</p> <p>Ainda apontamos a previsão de programas de parques públicos listados em Projeto de Lei 619-2016, notoriamente os programas Serviço de Moradia Social, Locação Social e Locação Social por Autogestão.</p>
39	
40	<p>4-Sobre recursos para reforma e construção</p> <p>Viabilizar o aproveitamento do parque público municipal constituído através da transferência de imóveis da União e de desapropriação, notoriamente com recursos oriundos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB.</p> <p>5-Incentivos e contrapartidas</p> <p>Os imóveis não edificados e subutilizados possuem incentivos e contrapartidas definidos em regulamentação específica que visam garantir a provisão de HIS via a transferência de propriedade.</p>
41	Os programas habitacionais com promoção de agentes privados ou parceria público privado já possuem uma maior capacidade de viabilização de empreendimentos. É necessário que se estabeleçam políticas que prevejam outras formas de promoção de HIS em larga escala, com destaque a instrumentos e agentes aqui citadas: Consórcio Imobiliário; Autogestão e Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social.
42	<p>6-Demanda prioritária</p> <p>Temos a apontar que a política pública, de interesse social, correlata à promoção habitacional deve priorizar a população com renda de até 3 salários mínimos. Tal diretriz é baseada no alto déficit habitacional às famílias nesta faixa de renda.</p> <p>7-Diversidade tipológica</p>

	<p>A diversidade tipológica [proposta no PIU SETOR CENTRAL] deve considerar as normativas específicas estabelecidas à HIS/EHIS/HMP/EHMP/EZEIS, estabelecidas pela Lei Municipal 16.050/2014, Lei Municipal 16.402/2016, Decreto Municipal 57.377/2016, Lei Municipal 16.642/2017, Decreto Municipal 57.776/2017 e demais normativas pertinentes.</p>
43	<p>Atualmente a Sehab prevê atendimento provisório de caráter contínuo, atendimento provisório de caráter temporário, atendimento definitivo via transferência de propriedade e atendimento definitivo via locação social enquanto o beneficiário se enquadrar nos critérios de atendimento do programa. Os atendimentos definitivos vigentes são operacionalizados com vistas a garantir a provisão de unidade habitacional completa. Adicionalmente, apontamos a regulamentação vigente sobre HIS, inclusive sobre os parâmetros construtivos da unidade habitacional, com destaque ao Decreto Municipal 57.377/2016.</p>
44	<p>8-Participação social</p> <p>Observar dispositivo da Lei Municipal 16.050/2014 que prevê a participação da sociedade civil e entes públicos na elaboração de Plano de Urbanização (para os casos de ZEIS1) e Projeto de Intervenção (para os casos de ZEIS 3). Em referidos casos, há a constituição, em via de regra, de deslocamentos involuntários de população. Famílias que se enquadram em tal situação deverão ser caracterizadas como demanda fechada e terão comprometimento de atendimento definitivo de acordo com as normas vigentes dos programas habitacionais.</p> <p>É necessário que se estabeleça a implementação dos conselhos Gestores CG-ZEIS em consonância com os instrumentos legais Lei Municipal nº 16050/2014, Decreto Municipal nº 57.377/2016, artigos 51 e 52, Decreto nº 56.021/2015, obrigatoriedade de 50% de mulheres na composição dos conselhos de controle social do Município e a Portaria SEHAB nº 146 de 08 de julho de 2016. A representatividade deve ser observada também nas diferentes formas de assentamentos precários e ocupações.</p>
7810.2018/0000743-7	<p>Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS</p> <p>1-Diagnóstico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência significativa de cortiços (867) e ocupações (51) neste território cujo impacto ainda requer melhor avaliação, uma vez que a realidade constatada nesses espaços revela uma situação de miséria e condições de alta vulnerabilidade social. • Existência de concentração de população em situação de rua em vários pontos da região central, criando a percepção que não se trata mais de uma situação transitória, mas de permanência que desafia o poder público para novas alternativas de enfrentamento deste cenário, inclusive no âmbito da <u>proteção social básica</u>. • Presença significativa de crianças e adolescentes nos cortiços e ocupações excluídas do acesso às políticas sociais, requerendo maior atenção da Proteção social Básica. • Expressivo percentual de adocentescentes em situação infracional, sendo cooptados pelo tráfico de drogas e crime organizado, demonstrando a necessidade de políticas sociais preventivas e de repensar a cobertura da Proteção Social Básica neste território. • Presença expressiva de pessoas em processo de envelhecimento, muitas vivendo nas ruas, nos cortiços, sozinhas sem vínculos familiares e comunitários, necessitando de suporte de políticas públicas e de implantação de serviços, tais como Núcleo de Convivência do Idoso, Centro Dia e Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI.

	<ul style="list-style-type: none"> • Relevante presença de população LGBTQTT e dos profissionais do sexo principalmente nos distritos Consolação e república, às vezes em situação de rua, envelhecendo sem vínculos familiares e comunitários, sendo que o poder público ainda não alcança esses segmentos populacionais que necessitam de Proteção social Básica e Especial. • Existência de bolsões de tráfico de drogas e dependentes, que em situação de miséria evidenciam a violação da condição humana e o caos urbano. • Presença considerável de migrantes e imigrantes nas mais distintas situações de risco e vulnerabilidade social. • O território da subprefeitura da Sé é o centro de uma megalópole que expressa os contrastes entre riqueza e pobreza, contendo áreas de alta vulnerabilidade social, tais como a Baixada do Glicério, a Favela do Moinho, o Parque do Gato, a Cracolândia e o Parque Dom Pedro.
46	<p>2-Demanda de novos equipamentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Centro de Convivência Intergeneracional (Mooca) 1 Centro de Convivência Intergeneracional (Sé) 2 Instituições de Longa Permanência para Idosos (Sé) 2 Núcleos de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico (Sé) 1 República Jovem -18 a 21 anos (Sé)
7810.2018/0000744-5	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
47	<p>1-Educação em Direitos Humanos</p> <p>Projeto Permacultura na Escola Agricultura permanente e sustentável e implantação de Parklets.</p> <p>2-População em Situação de Rua</p>
48	<p>HABITAÇÃO:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Construção e/ou reforma e gestão de 430 UHs para Programa de Locação Social em edifícios públicos já desapropriados pela Prefeitura; II. Construção e/ou reforma e gestão de 40 UHs para Programa de Moradia Primeiro; III. Desenho e implementação de Programa de Requalificação de Cortiços; IV_ Aumentar o número de vagas em Repúblicas e Autonomia em Foco de SMADS. <p>EMPREGABILIDADE:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Expandir o Programa Trabalho Novo e criar novo Programa de Empregabilidade no Setor Público; II. Expandir Programa Operação Trabalho para população em situação de rua. <p>CULTURA:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Expandir projeto Circuito Cultural para todos os museus do perímetro PIU Setor Central, garantindo a formação dos profissionais da cultura e da assistência social. II. Expandir projeto Centro Aberto pensando em ativações inclusivas à PSR.

	<p>DIREITO À CIDADE:</p> <p>I. Construção e/ou reforma de Banheiros Públicos com chuveiros, estrutura para lavar roupa e pontos de água potável - 1 unidade por distrito do PIU Setor Central;</p> <p>II. Medidas para uma Cidade Inclusiva e pensada na Escala do Pedestre: sem pedras embaixo de viadutos, mais bancos, maior acessibilidade, obras de drenagem principalmente nas vias peatonais;</p> <p>III. Implantação de Restaurantes Comunitários - 1 unidade por distrito do PIU Setor Central</p>
49	<p>3-LGBTI</p> <p>SAÚDE:</p> <p>I. Oferta de hormonioterapia nas UBS para a população trans.</p> <p>HABITAÇÃO</p> <p>I. Locação Social no eixo Sé-República-Santa Cecília para população LGBTI em processo de resgate da autonomia financeira.</p> <p>ASSISTÊNCIA SOCIAL</p> <p>I. Criação de Centros Temporários de Acolhimento - CTA's para LGBTIs.</p> <p>II. Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI - voltada a idosos LGBTIs</p>

FICHA TÉCNICA

SP Urbanismo - São Paulo Urbanismo

José Armênio de Brito Cruz

Presidente

Leonardo Amaral Castro

Diretor de Desenvolvimento

Arquitetos Urbanistas

Flavio A. D. Bragaia

Marcos Alexandre Moraes Mastropaulo

Melina Giannoni de Araujo

Rita Cassia G. S. Gonçalves

Rosana Yamaguti

Thiago Carneiro

Estagiário

Roberto Cornacchioni Alegre